

Em Israel, privatização e economia liberalizada

MOACIR AMÂNCIO
Especial para O Estado

JERUSALÉM — A presença de Estado na economia israelense é considerada pelo ministro do Tesouro, Moshe Nissim, como causa de sérias distorções e um empecilho para o desenvolvimento. Sua meta é a liberalização da economia. Com esse objetivo, foram tomadas várias medidas no começo deste ano, envolvendo reforma tributária, reforma no mercado de capitais e controle do orçamento. Com o pacote, que dura nove meses, a inflação vem sendo mantida sob controle e o FMI já considerou a estabilização da economia israelense, que em um ano baixou a inflação de 450 para 20% ao ano como um feito histórico.

Num discurso recente, Nissim fez um resumo analítico das medidas em prática, explicando os motivos de cada passo. É a idéia de vender empresas estatais, o que provoca polêmica num país habituado a contar pesadamente com o governo no setor econômico. Há dois meses assessores da First Boston Corpo ration elaboram um projeto a respeito. "Este programa", diz Nissim, "envolverá cerca de 30 empresas e suas filiais". É a primeira vez, acrescenta, que "nós pre-

paramos um programa abrangente, em termos profissionais, a longo prazo", que inclui todo o processo, da negociação com possíveis interessados até emissão de ações.

Guiado pelo espírito liberalizante, o governo israelense aprovou o pacote em vigor procurando aumentar a quantidade de dinheiro disponível nos cofres das empresas e no bolso do cidadão, reduzindo o Imposto de Renda e outras taxas. "A carga tributária bruta, que estava entre as mais altas do mundo, afetava a eficiência econômica, o que se evidenciava na redução da produtividade e principalmente na baixa de incentivo ao trabalho e investimento", diz o ministro Moshe Nissim. "Do ponto de vista fiscal, a redução de impostos não é possível sem a redução das despesas orçamentárias", lembra.

"Um orçamento equilibrado e a redução da necessidade de financiamento das despesas do governo possibilitaram a ampliação da reforma no imposto de renda. Nissim insiste no óbvio — em geral mais difícil de ser detectado do que o obscuro — de que menos impostos quer dizer mais dinheiro disponível e, portanto, estímulo. A alíquota máxima de IR baixou de 60 para 48%. As taxas para as empresas caíram de 61% para 45%.